

5.1.26. Ministério da Pesca e Aquicultura

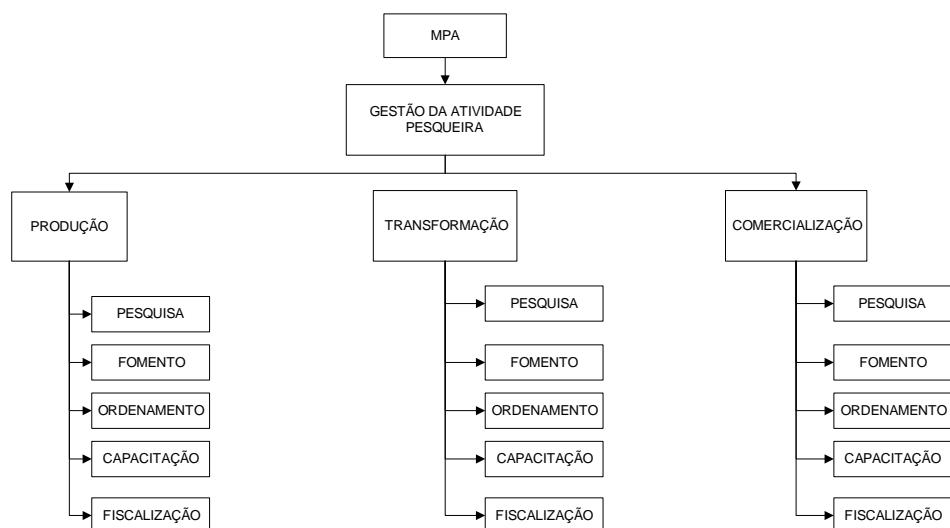
O reconhecimento da importância do setor da pesca e aquicultura para o desenvolvimento sustentável do Brasil passa pela implantação gradual de uma política de Estado que se expressa no fortalecimento das políticas públicas do Governo Federal.

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), pela Lei nº 11.598/2009, a promulgação da Lei nº 11.959/2009 (Lei da Pesca), e a realização da 3ª Conferência Nacional, foram passos fundamentais para garantia da continuidade das políticas - institucionalidade e a legitimação da sociedade.

A gestão da atividade pesqueira é um processo integrado capaz de planejar e implantar as regulamentações que governam a pesca e a aquicultura, de modo a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, garantindo a ampla participação social neste processo.

Para um manejo adequado dos recursos pesqueiros, é necessária a compreensão dos fatores que controlam as etapas da cadeia produtiva - produção, transformação e comercialização -, sejam estas de caráter social, ambiental, tecnológico, econômico, e institucional, associados à necessidade de o Estado construir um mecanismo eficiente de acesso e fiscalização dos recursos naturais.

O quadro a seguir ilustra tal entendimento, considerando que a atividade pesqueira está sob a coordenação de um órgão do Governo Federal (MPA), sem desconsiderar as competências e atribuições de outros órgãos que possuem ações diretamente associadas à pesca e aquicultura (licenciamento, fiscalização, fomento, pesquisas, dominialidade de áreas físicas, trabalho e emprego).



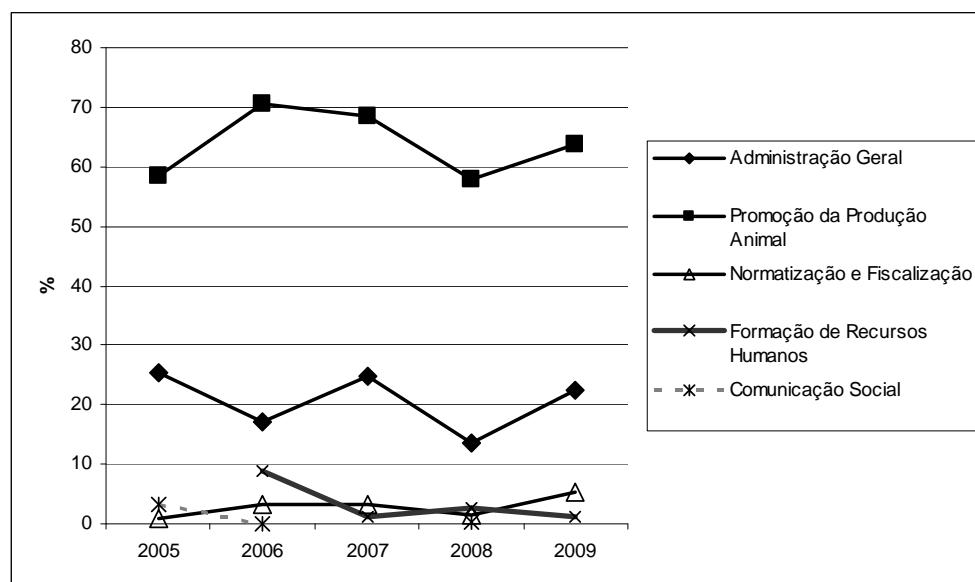
Além disso, o MPA mantém relações com diferentes pastas do governo, necessárias para realizar aquilo que lhe compete, conforme estabelece a Lei que o criou, bem como outros instrumentos que regulamentam competências conjuntas referentes à gestão da atividade pesqueira em áreas de atuação comum.

Exemplos são o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros com o Ministério do Meio Ambiente, regulamentado pelo Decreto nº 6.891/2009 e Portarias de ambos os ministérios; a questão relativa à sanidade pesqueira, com o Ministério da Agricultura – Decreto nº 7.024/2009; a cessão de águas públicas, com a Secretaria do Patrimônio da

União, também regulamentada por meio da Instrução Normativa Interministerial nº 1/2009.

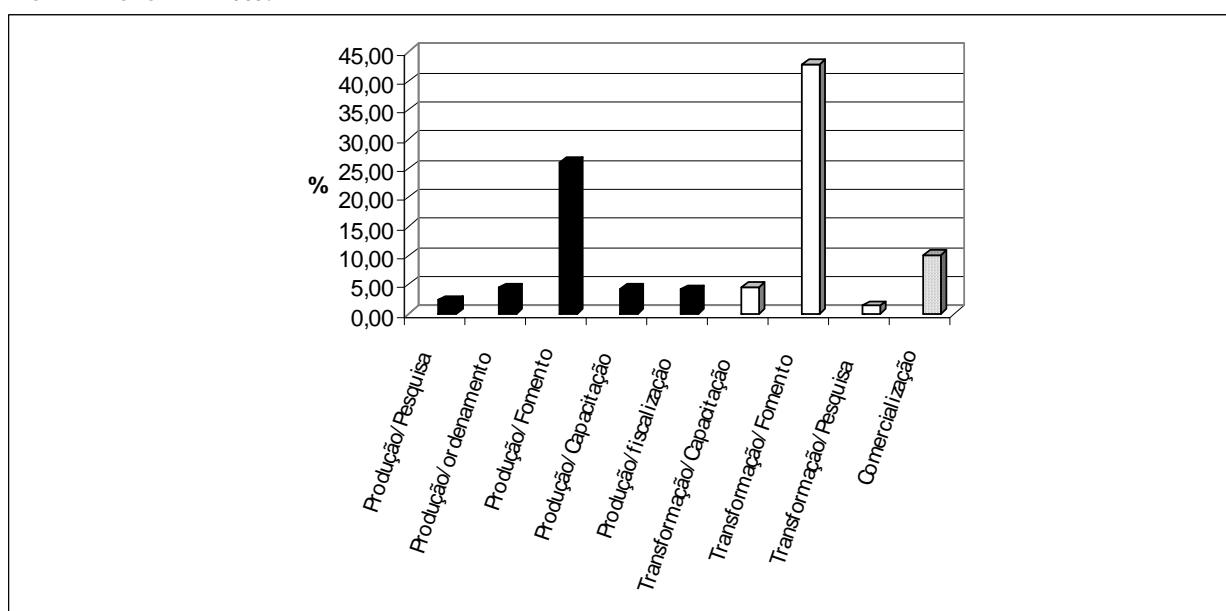
Execução Orçamentária por Subfunções

No ano de 2009, quando analisados os investimentos por subfunção de governo, observa-se que a maior parte dos recursos foi aplicada em ações de promoção da produção animal (cerca de 64%), padrão observado nos anos anteriores (2005 a 2008). Houve uma pequena variação no ano de 2006, em função de um maior aporte de recursos para a ação de apoio às unidades de ensino na pesca, e não houve variações significativas nas outras subfunções. O gráfico a seguir ilustra a descrição.



SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
Administração Geral	25,34%	17,16%	24,89%	13,72%	22,45%
Promoção da Produção Animal	58,39%	70,43%	68,37%	57,97%	63,83%
Normatização e Fiscalização	0,83%	3,18%	3,26%	1,60%	5,31%
Formação de Recursos Humanos				2,79%	1,25%
Comunicação Social	3,36%	0,11%		0,17%	

Analizando sob a ótica das etapas da cadeia produtiva, a aplicação dos recursos do Ministério da Pesca e Aquicultura, nas áreas finalísticas, mostra-se mais abrangente e atende a todas as etapas, ainda que a produção concentre boa parte dos investimentos (43%), como mostra o gráfico INVESTIMENTOS DO MPA NAS ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA – 2009.



A diversidade dos objetos das ações do Ministério da Pesca e Aquicultura, além da etapa da produção, é materializada em outras ações que dão continuidade à cadeia produtiva – transformação e comercialização, contempladas com uma soma considerável de recursos, 45% e 12%, respectivamente.

Mesmo que a atividade de pesca extrativa e a aquicultura representem, até o momento, montante de produção e econômico tímidos em relação ao PIB do Brasil, estes setores são dotados de um capital humano e social de grande valor, e muitas comunidades ainda guardam valores e culturas tradicionais dos seus modos de vida e de trabalho.

Representam também importância singular para a garantia de segurança alimentar em suas comunidades, e a relação de trabalho parte de um processo baseado na unidade familiar ou no grupo de vizinhança, tendo como fundamento o fato de que os pescadores, ou parte deles, são proprietários do seu meio de produção.

No Brasil ainda predomina a informalidade na pesca, com pouca tecnologia associada às diversas etapas da cadeia produtiva, existindo uma série de questões sociais, sanitárias, tecnológicas e ambientais a ser superada. Diante deste quadro, a cadeia produtiva se apresenta como uma chave analítica que, associada a outros aportes teóricos, parece ser capaz de captar esses diversos fenômenos.

Embora não existam muitas pesquisas sobre a cadeia produtiva da pesca artesanal no país, está cada vez mais disponível um conjunto de teorias para avaliar as atividades econômicas informais e que possuem outros atributos como solidariedade, beleza, sustentabilidade, que se distinguem das análises de outras atividades econômicas mais formais e de maior porte.

São cerca de quatro milhões de pessoas ligadas às atividades de pesca e aquicultura no país, e a maioria dos postos de trabalho não guardam vínculo empregatício, sendo realizados em regime de parceria, quase sempre não formalizado.

Grande parte destes postos de trabalho concentra-se na etapa da produção, sendo que o número de pescadores profissionais inscritos no Registro Geral da Pesca, atualmente, é de 834 mil.

Quando se trata de empregos formais, este número é da ordem de 30 mil trabalhadores, sendo que a maioria dedica-se aos processos de fabricação e conservação do pescado, ou seja, à etapa da transformação.

A produção de pescados no Brasil, depois das variações de aumento e queda experimentadas nas décadas de 70 e 80 do século passado, em função das diferentes visões e políticas adotadas para a pesca, se estabilizou, até 2009, em pouco mais de um milhão de toneladas/ano.

A possibilidade de crescimento da produção oriunda da pesca extrativa, no mar ou nas águas continentais, hoje restritas em função do histórico das pescarias no Brasil e no mundo, está associada à efetividade de medidas de ordenamento pesqueiro. O aumento da produção de pescado observado no período citado deve-se, em grande parte, ao crescimento da aquicultura, atualmente responsável por 27% da produção.

Os investimentos de 2009 apontados no gráfico **INVESTIMENTOS DO MPA NAS ETAPAS DA CADEIA PRODUTIVA – 2009** seguem o padrão do que foi aplicado em 2008.

O fomento às etapas de produção e transformação compõe o maior volume de recursos. Para a etapa de fomento à produção, as ações principais são aquelas relacionadas à subvenção ao preço do óleo diesel, implantação de projetos e unidades demonstrativas, a implantação da aquicultura em águas públicas da União e ações de ordenamento desta produção.

No que se refere à etapa de transformação, o MPA investe a maior parte dos recursos na implantação dos Terminais Pesqueiros Públicos, nas unidades de beneficiamento do pescado, fábricas de gelo – as unidades integrantes da cadeia produtiva.

Em relação ao ano de 2008, os recursos aplicados pelo MPA para ações na área da comercialização foram mais vultosos que em 2009 (11%), em função da aquisição de 85 caminhões frigoríficos, permissionados para diversas entidades..

A capacitação para a gestão das unidades integrantes da cadeia produtiva tem recebido aporte financeiro ainda reduzido, mas que deve ser ampliado em função dos diagnósticos realizados pelas ações da política territorial adotada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

As entidades de classe do setor têm, em geral, caráter predominantemente representativo, necessitando de melhor capacitação para administração dos negócios que se constituem as unidades da cadeia produtiva.

Nas etapas da cadeia produtiva de transformação e comercialização encontram-se as melhores oportunidades para geração de postos de trabalho e renda para as comunidades pesqueiras, em contraponto com a etapa de produção,

principalmente da pesca, visto a situação de sobreexplotação comercial dos principais estoques pesqueiros.

O planejamento estratégico do MPA "Mais Pesca e Aquicultura", para 2008/2011, segue as orientações do Governo Federal no sentido de direcionar esforços para a redução da pobreza, combate à exclusão social e diminuição das desigualdades sociais e regionais, e a aceleração econômica para consecução desses objetivos.

O plano estabeleceu como diretrizes a abordagem territorial para a intervenção pública em prol do desenvolvimento sustentável, nos espaços de maior concentração da sua demanda social.

Tem como agenda social dois eixos de trabalho: o primeiro, uma ação estruturante para aliar questões referentes ao desenvolvimento do trabalho e da cadeia produtiva, da organização social das comunidades pesqueiras.

O segundo tem relação com o aumento de produção do pescado, especialmente proveniente da aquicultura, com ações para a inclusão social com geração de trabalho e renda.

Análise do Desempenho dos Programas Estruturantes

Os três programas das áreas finalísticas do MPA são: Desenvolvimento Sustentável da Pesca; Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Gestão da Política Pesqueira e suas ações estruturantes foram desenvolvidas tendo como objetivo subsidiar as políticas de ordenamento e desenvolvimento da pesca e aquicultura, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, desde a produção até o consumidor final.

O planejamento estratégico orientou a elaboração do PPA setorial do MPA. Entretanto, considerando que a lógica de elaboração do PPA tem nível maior de agregação, foram definidos os três programas citados. Todos os eixos do "Mais Pesca e Aquicultura" encontram abrigo nos programas e ações do PPA, havendo uma estreita correspondência entre os dois Planos.

Infraestrutura e Fomento

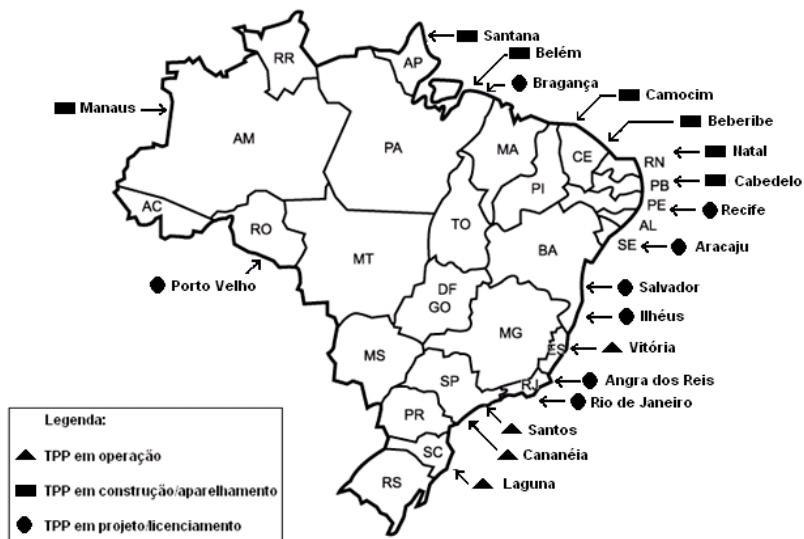
As ações nas áreas de infraestrutura e fomento estão associadas aos Programas de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura, e diretamente relacionadas à implantação de uma rede de estruturas para produção, recepção, armazenagem, beneficiamento e comercialização de pescado. Exemplos são a implantação de terminais pesqueiros públicos (TPP), os centros integrados da pesca artesanal (CIPAR), as fábricas de gelo, unidades de beneficiamento de pescado, entre outras estruturas. Aliada a essas ações, a adoção de políticas de comercialização tem como objetivo ampliar o consumo interno de pescado pela população, além de contribuir positivamente na balança comercial brasileira, aumentando a participação de produtos dessa natureza nas exportações do país.

Para que ocorra o estabelecimento efetivo dessa rede de estruturas, faz-se necessário garantir o acesso ao crédito de maneira a viabilizar essas ações. Outro fator condicionante para a estruturação da cadeia produtiva é a organização do setor por meio do associativismo e do cooperativismo.

Por fim, a realização de ações de incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento de novas tecnologias permite a geração de subsídios para o planejamento, formulação, fortalecimento e controle das políticas nacionais direcionadas aos setores aquícola e pesqueiro.

Na área de infraestrutura e logística, o Governo Federal estabeleceu como meta, até 2011, a construção, recuperação e ampliação de vinte Terminais Pesqueiros Públicos em todo o Brasil.

Até o ano de 2009, quatro desses TPPs já se encontram em operação (Santos-SP, Cananéia-SP, Laguna-SC e Vitória-ES) e outros seis em processo de construção ou aparelhamento (Manaus-AM, Santana-AP, Belém-PA, Camocim-CE, Beberibe-CE, Natal-RN, e Cabedelo-PB). Os demais terminais (Porto Velho-RO, Bragança-PA, Recife-PE, Aracaju-SE, Salvador-BA, Ilhéus-BA, Angra dos Reis-RJ e Rio de Janeiro-RJ) encontram-se na fase de elaboração ou de licenciamento do projeto. O gráfico a seguir ilustra a localização destes empreendimentos.



Ainda nesta área, foi executado o estudo de viabilidade técnica e econômica para implantação das unidades de beneficiamento, conservação e comercialização de pescado da Companhia de Entrepótos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP - SP). Além disso, foi feita a licitação de estudos de mercado e planejamento de investimentos para caracterização da cadeia produtiva da pesca nas regiões metropolitana de São Luís - MA e do litoral sul do Espírito Santo..

Para viabilização das atividades de apoio à implantação de infraestrutura aquícola e pesqueira, em 2009 foram investidos R\$ 68.293.630,00, dos R\$ 103.518.119,00 previstos, representando uma execução orçamentária de aproximadamente 66%. Quanto à execução física, 98 infraestruturas foram apoiadas, representando um quantitativo superior às 79 infraestruturas planejadas para o ano corrente; com relação aos cinco TPPs para 2009, dois terminais foram implantados, e os demais se encontram em processo de implantação.

Concomitantemente às ações de infraestrutura, o permissionamento de uso dos Caminhões do Peixe têm permitido o escoamento da produção nacional. Foram permissionados para uso por meio de edital público, 85 caminhões com capacidade entre 1,5 a 12 toneladas, equipados com baú frigorífico, e um caminhão para transporte de peixes vivos.

Outra importante ferramenta de comercialização são os módulos da Feira do Peixe que permitem a comercialização direta de pescados, sem intermediários. Este projeto, que prevê a distribuição de 1.200 desses módulos em todo o país, é fruto de uma parceria entre a Cia. Nacional de Abastecimento e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Em 2009, foi concluído o processo da 2ª etapa de distribuição de

360 módulos, fornecidos às comunidades no 1º trimestre de 2010. As entidades beneficiadas, também são selecionadas por meio de edital. Foi contabilizado um volume de 47.928kg de pescado comercializado/mês, gerando um faturamento de R\$ 237.912,00 mensais, beneficiando cerca de 3.100 pescadores artesanais e aquicultores familiares.

De maneira a complementar os mecanismos de incentivo à comercialização de pescados, o MPA tem incentivado o consumo de pescado pela população, por meio da Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescado - Semana do Peixe. A 6ª edição da campanha foi realizada em parceria com o Ministério da Saúde, a Associação Brasileira de Supermercados - ABRAS e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL. A ABRAS divulgou que, em 2009, 92% das redes de supermercados do país participaram da campanha. Dez estados realizaram festivais gastronômicos durante a campanha, com participação de 150 restaurantes. Realizaram-se ações para ampliar o nível de conhecimento dos consumidores a respeito dos benefícios do consumo de pescado, dos padrões de qualidade e dos métodos de conservação e de preparo. Como balanço final, os dados da ABRAS mostraram que a campanha foi responsável pelo crescimento, entre 15% e 20%, do volume de vendas de pescado nos supermercados, em comparação à campanha do ano anterior, e um aumento acumulado de 40% em relação aos dois últimos anos.

Outra ação ligada ao incentivo ao consumo de pescado diz respeito à sua inclusão na alimentação escolar, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. A partir de uma experiência piloto em Pernambuco, foi identificada a necessidade de unidades de beneficiamento de pescado nos pólos de produção,

considerando as exigências específicas da alimentação escolar. Apesar dos ajustes requeridos ao projeto, dezenas de municípios já estão sendo beneficiados pelo pescado na alimentação escolar. No município de Fortaleza, mais de nove mil crianças recebem rotineiramente pescado na alimentação escolar. O pescado para alimentação escolar tem sido adquirido por meio de diferentes instrumentos, entre estes o Programa de Aquisição de Alimentos, que permitiu a aquisição de mais de 2.000 toneladas de pescado (correspondentes a R\$ 8 milhões), oriundos de 16 estados.

Como parte das atividades de fomento, foram elaborados e adaptados diversos instrumentos de financiamento, com vistas a atender aos objetivos de desenvolvimento das atividades de produção dos pescadores, aquicultores e suas associações. Baseados em recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural, estes instrumentos são operados por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e das linhas de apoio ao desenvolvimento produtivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram realizados 8.195 contratos de crédito, contabilizando R\$ 110.622.224,47 em valores concedidos durante o ano de 2009, a maioria nas regiões Norte e Nordeste, apontando um direcionamento de recursos para regiões com histórico de carência de investimentos. Como ação de articulação das linhas de crédito disponíveis ao setor pesqueiro, destaca-se a criação da linha Mais Alimentos em 2009. Esta linha dá oportunidade a que pescadores e aquicultores tenham acesso a financiamento para projetos entre R\$ 7 mil e R\$ 100 mil, com taxa de juros de 2% ao ano, prazo de pagamento de 10 anos e carência de até mais três anos. Com a reestruturação do Programa Profrota Pesqueira, haverá uma expansão do programa, possibilitando a abertura para beneficiar toda a frota pesqueira nacional, contemplando não somente a frota oceânica previsto anteriormente.

O total de recursos investidos em projetos de assistência técnica foi da ordem de R\$ 6.011.960,00, destinados a atender 26 projetos que beneficiaram, de forma direta, um total de 18.267 pescadores e aquicultores. Dos projetos apoiados, 48% se concentram na região Nordeste; 30,5%, na região Sul; 17%, na região Norte e 3,5% na região Sudeste. Entre os projetos apoiados, destaca-se o executado em parceria com o Instituto Agropolos no Ceará, que tem integração direta com as diversas frentes de ação do MPA. O projeto tem como foco a prestação de assistência técnica para aquicultores no Parque Aquícola do Castanhão.

Paralelamente, a organização do setor por meio do associativismo e do cooperativismo colabora com a

estruturação da cadeia produtiva, reduzindo custos de produção, aumentando a qualidade e agregação de valor ao pescado, permitindo a melhoria de renda. Em 2009, as ações voltadas ao cooperativismo se deram, principalmente, por meio da incubação de empreendimentos com ações de assessoria e capacitação continuadas. Os investimentos para as incubações foram da ordem de R\$ 808.351,00, destinados a cooperativas, aos CIPARs e unidades de beneficiamento de pescado. Ao todo, foram 2.200 beneficiários envolvidos e 10 empreendimentos apoiados, em sua maior parte na região Norte (40%) e Nordeste (40%). Além dessas ações, o MPA organizará seminários em diversas localidades do país, no ano de 2010, a fim de elaborar a Política Nacional de Apoio ao Cooperativismo e Associativismo na Pesca e na Aquicultura. Outras atividades relacionadas à área de organização pesqueira e aquícola, em 2009, deram-se pela participação do MPA em conselhos e comitês relacionados ao tema, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Conselho Nacional de Economia Solidária e o Comitê Executivo do Programa Nacional de Incubação de Cooperativas.

Quanto às ações de fomento à Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, o MPA intensificou sua atuação junto a diversos parceiros no apoio a projetos de pesquisa em aquicultura e pesca. Dentre os parceiros, destacam-se o Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e os Fundos Setoriais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT. Esta parceria tem permitido a viabilização de editais de demanda induzida, como o Edital MCT/CNPq/CT-Agronegócio/MPA Nº 036/ 2009, elaborado, divulgado e avaliado no ano de 2009. Do montante de recursos aportados, R\$ 2.900.000,00 são oriundos do MPA, sendo R\$ 1.926.637,00 em 2009, e R\$ 973.363,00 para 2010; o restante será investido pelo Fundo Setorial do Agronegócio. A partir deste edital foram apoiados 16 projetos de pesquisa nas áreas de pesca e piscicultura marinha em 12 instituições de pesquisa e ensino de todo o Brasil, de 10 estados litorâneos brasileiros. Vale salientar que o apoio a projetos por meio de chamadas públicas possibilita ao MPA fortalecer as relações institucionais e abrir espaço para somar recursos financeiros com outros órgãos do governo, visando à ampliação do fomento em ciência e tecnologia, em aquicultura e pesca. Esta é uma estratégia que vem gerando bons resultados.

Como coroamento dessa ação, com término previsto para o ano de 2013, espera-se o desenvolvimento de tecnologias para o cultivo de diversas espécies de peixes marinhos nativos (ornamentais e destinados ao consumo), atividade ainda incipiente no país.

Outro resultado diz respeito à realização de diagnósticos socioeconômicos de importantes pescarias realizadas no país, como a da lagosta e a de peixes pelágicos, que vai gerar subsídios para o estabelecimento de políticas que promovam o desenvolvimento social, ambiental e econômico da pesca marinha. O edital apoiou, ainda, estudos para a formação da cadeia produtiva da anchoita, a ser estabelecida no sul do país. Em 2009, foram ainda investidos recursos na ordem de R\$ 1.300.000,00 em outros dois editais publicados em conjunto com o CNPq/MCT no ano de 2008, destinados ao apoio de 26 projetos de pesquisa e tecnologias para produção de biodiesel a partir de microalgas, e apoio à geração e disponibilização de tecnologias para a agricultura familiar de base ecológica, comunidades tradicionais e povos indígenas.

Em 2009, houve também o apoio a projetos de pesquisa em rede, como o Projeto da Rede de Identificação Molecular do Pescado – RENIMP, de âmbito nacional, coordenado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, no qual o Ministério investiu R\$ 600.000,00 via CNPq/MCT. O projeto utilizará tecnologia para identificação de espécies de pescado de interesse comercial. Com base nessas informações, pretende-se desenvolver e implantar uma metodologia segura para a identificação molecular das principais espécies de pescado comercializadas no Brasil. Outro projeto em rede apoiado em conjunto com o CNPq/MCT, intitulado Bases Tecnológicas para o Desenvolvimento da Aquicultura no Brasil – AQUABRASIL, sob a coordenação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, envolve cerca de 10 de suas unidades, 30 universidades públicas e privadas, e empresas do setor produtivo. O projeto visa identificar e propor soluções para os principais problemas das cadeias produtivas da aquicultura em consolidação no país, contemplando projetos componentes nas áreas de genética, nutrição, sanidade, manejo e tecnologia de processamento. Nesta ação foram investidos R\$ 2.400.000,00. Ainda em parceria com a EMBRAPA, o MPA atuou decisivamente juntamente com o MAPA na criação de uma nova unidade descentralizada da empresa em Palmas (TO) - Embrapa Pesca, Aqüicultura e Sistemas Agrícolas. Além de desenvolver pesquisas e tecnologia com foco nas Regiões Centro-Oeste e Norte, a nova unidade também terá a responsabilidade de coordenar a estruturação de um Programa Nacional de Pesquisa em Aquicultura e Pesca.

Em cumprimento às ações de fomento à pesquisa, o Ministério também apoia diretamente diversas universidades e fundações brasileiras por meio da celebração de convênios e da descentralização de recursos. Estas atividades têm permitido a estruturação e a modernização de laboratórios de

pesquisa, a formação e capacitação de recursos humanos, e a geração de conhecimentos que subsidiaram a elaboração e condução da política nacional de pesca e aquicultura. Em 2009 foram realizados investimentos, da ordem de R\$ 800.000,00, em centros de pesquisa e unidades de ensino no Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo. Dentre essas ações, destaca-se, no ano de 2009, a inauguração da Unidade de Melhoramento Genético de Peixes – da EPAGRI/SC, cujo foco é a realização de pesquisas genéticas com tilápias e espécies nativas de peixes na estação experimental de piscicultura da EPAGRI em Itajaí. Também em SC foi inaugurado o Núcleo Sanidade Aquícola da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Já no CE, está sendo finalizada a reforma, ampliação e adequação de um navio de pesquisa, de propriedade da Universidade Federal do Ceará – UFC, cujo objetivo é a realização de pesquisas oceânicas na região Nordeste e o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão.

Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura

Relacionado diretamente às ações do Programa de Gestão da Política Pesqueira, este eixo se baseia na qualidade da informação com mecanismos de sistematização e difusão para a tomada de decisões. A apresentação de informações consistentes resulta em uma política pública mais adequada, e uma série de ações para a gestão da informação é necessária: o cadastramento da frota pesqueira nacional; o registro geral da aquicultura e pesca; o monitoramento da atividade pesqueira no litoral; o censo aquícola e pesqueiro; o rastreamento das embarcações pesqueiras; a consolidação da estatística pesqueira nacional, assim como o desenvolvimento de pesquisas estratégicas.

O monitoramento e controle das atividades de pesca e aquicultura são fundamentais para o correto dimensionamento das ações de governo voltadas ao fomento da produção, processamento e comercialização de pescados, bem como à geração de emprego, renda e alimentos de alta qualidade. Idealmente, os dados e informações de produção e esforço de pesca, somados aos dados cadastrais e socioeconômicos dos pescadores e aquicultores, empreendimentos e embarcações, bem como de consumo, gerados nesses processos de monitoramento e controle, devem alimentar o Sistema Nacional de Informações da Aquicultura e Pesca – SINPESQ (criado pelo Decreto nº 1.964, de 13/11/1995), de forma a subsidiar o Governo na gestão e elaboração das políticas públicas do setor.

O desenvolvimento e a implantação do SINPESQ é fruto da parceria do MPA com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, formalizada em agosto último por meio do Acordo de Cooperação

Técnica. O SINPESQ é também apoiado pelo MMA, IBAMA, ICMBIO e Marinha do Brasil, e tem seguido duas metas prioritárias: desenvolver a infraestrutura de dados e seus diferentes subsistemas e módulos operacionais, e construir o Plano Nacional de Monitoramento Pesqueiro que garantirá a geração de dados e informações do setor pesqueiro, da produção à comercialização, em todo o território nacional, respeitando-se e adaptando-se às peculiaridades locais, valorizando as experiências, conhecimentos e vocações locais.

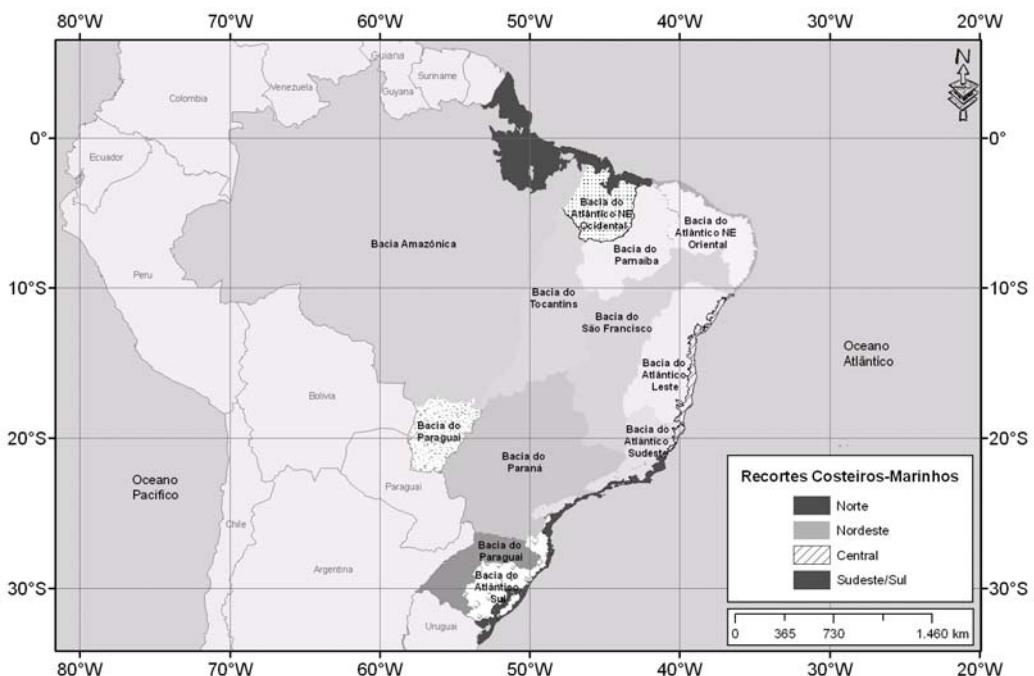
Os subsistemas e módulos operacionais do SINPESQ estão sendo desenvolvidos em etapas, e encontram-se em distintas fases de desenvolvimento. O Programa de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS, o Sistema Emergencial de Mapa de Bordo, a Central de Observadores de Bordo, a Base de Dados do Censo Aquícola Nacional estão implantados e em plena operação. O Sistema de Subvenção ao Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais e Registro Geral da Pesca – RGP, que congrega o cadastro de pescadores, aquicultores, embarcações, empresas e o Módulo de Permissionamento de Pesca, estão na fase de homologação e deverão entrar em operação em 2010. A Base de Dados de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro, com seus módulos de pesca artesanal e industrial, está na fase de modelagem e deverá entrar em operação no final de 2010.

Em relação ao Sistema de Subvenção ao Abastecimento de Embarcações Pesqueiras Nacionais – SSADP, vale considerar que no ano de 2009 mais de duas mil embarcações de 13 estados da Federação foram credenciadas no programa, e 24 milhões de reais foram direcionados para pagamento da subvenção. Também foi desenvolvido um sistema informatizado para controle mais efetivo do pagamento desta subvenção. Assim, foi licitada a contratação de empresa para análise de negócio, modelagem e desenvolvimento do SSADP, no valor final de R\$ 1.464.796,26.

No que tange ao Plano Nacional de Monitoramento da Pesca, foi adotada dinâmica de trabalho distinta para a pesca e aquicultura. Na aquicultura, atendendo aos encaminhamentos do I SENAQ (Seminário Nacional de Informações da Aquicultura), o MPA decidiu realizar o 1º Censo Aquícola Nacional. Por ser uma experiência pioneira no país, optou-se por realizar um projeto piloto no Ceará, para avaliação, ajustes metodológicos e o dimensionamento do Censo Aquícola Nacional. Depois da validação da metodologia, lançou-se, em outubro, o 1º Censo Aquícola Nacional. Dessa forma, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO e apoiado pelo IBGE, o MPA está fazendo a primeira "fotografia" da aquicultura no país. O Censo Aquícola objetiva entrevistar, até abril de 2010, todos os produtores de organismos aquáticos do país (continental e marinho), que comercializam toda ou parte da sua produção. Até dezembro de 2009, 1.864 municípios brasileiros haviam sido amostrados, de um total de 5.425. Foram investidos R\$ 4,6 milhões para realização do censo.

No caso da pesca, a implantação do Plano Nacional de Monitoramento exigiu ações em diferentes frentes: revisão e reestruturação do instrumento administrativo Mapa de Bordo; reorganização e ampliação do Programa Nacional de Observadores de Bordo da Frota Pesqueira – PROBORDO; desenvolvimento da metodologia de monitoramento do desembarque pesqueiro, e a consolidação das parcerias para execução dos projetos.

Ao longo de 2009, foi continuada a estratégia de consolidar parcerias e firmar convênios para garantir a geração de informações da produção, esforço e áreas de pesca junto aos desembarques e portos pesqueiros no território nacional (frota artesanal e industrial), de acordo com o recorte espacial apresentado no mapa **RECORTE ESPACIAL DO PLANO NACIONAL DE MONITORAMENTO DA PESCA**. Até o momento, estas parcerias resultaram num investimento de R\$ 17,2 milhões, sendo R\$ 5,5 milhões executados em 2009, para garantir o monitoramento da pesca continental e marinha em grande parte do país no ano de 2010.



O controle da atividade de pesca foi realizado principalmente com base no Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS, instituído em 2006. Os proprietários, armadores ou arrendatários das embarcações pesqueiras, para operarem nas zonas brasileiras de pesca, devem usar equipamentos para o rastreamento ou monitoramento por satélite. O uso de sistemas de monitoramento de embarcações tem sido mundialmente implantado, e é resultado de recomendações propostas por diversas convenções internacionais relacionadas à conservação e ao uso sustentável de recursos pesqueiros ratificadas pelo Brasil para a pesca responsável.

O PREPS é uma iniciativa conjunta entre o MPA, o Ministério do Meio Ambiente e o Comando da Marinha, e constitui um dos principais instrumentos de promoção da sustentabilidade da atividade pesqueira no Brasil. Atualmente, engloba todas as embarcações de pesca de comprimento igual ou superior a 15 metros - cerca de 1.200 embarcações. No entanto, os bons resultados para a gestão da pesca apontam para a ampliação de sua abrangência, incluindo embarcações de menor porte, garantindo que a parcela da frota nacional com maior poder de pesca esteja devidamente monitorada. Assim, pretende-se controlar as operações de cerca de 3.000 embarcações pesqueiras. As áreas marinhas protegidas estão representadas no PREPS e funcionam como cercas eletrônicas. Ao ultrapassar os limites destas áreas, a embarcação gera um alerta no sistema, disponível às autoridades competentes pela fiscalização. A possibilidade de constatação remota de infrações e em tempo próximo ao real

inibe possíveis atuações ilícitas. O conhecimento sobre estratégias de captura, as áreas e épocas de pesca da frota nacional subsidiam a elaboração de políticas para atividade, a partir da identificação de novas áreas potenciais para a pesca. Embarcações que operam sobre recursos costeiros são reorientadas para outras áreas, objetivando-se reduzir o impacto sobre os recursos em grave situação de depleção e oferecer melhores opções de pescaria.

Para a análise das pescarias, são utilizadas informações (coordenada geográfica, data e hora) transmitidas pelos equipamentos de rastreamento instalados nas embarcações permissionadas. São consideradas, na análise da dinâmica espacotemporal das frotas, as áreas de restrição à pesca, estabelecidas pela legislação em vigor. Inicialmente, a partir das informações transmitidas pelos equipamentos de rastreamento instalados a bordo, são realizados cálculos que permitem estimar quando a embarcação encontra-se em navegação ou pescando. Os dados referentes aos cruzeiros são utilizados para fins de verificação do cumprimento da legislação ambiental.

Além das políticas de desenvolvimento, o conhecimento sobre as áreas de ocorrência de recursos pesqueiros valiosos das águas brasileiras também é utilizado no planejamento de operações de patrulhas navais e de fiscalização, a partir da indicação de setores possivelmente mais visados por embarcações estrangeiras envolvidas na pesca ilegal. Possibilita, ainda, um maior controle sobre embarcações nacionais pesqueiras que operam sem

autorização em águas sob jurisdição de outros países.

Em 2009, foi intensificada a identificação de embarcações pesqueiras que ainda não aderiram ao PREPS. Embarcações tiveram suas permissões de pesca suspensas até sua regularização. Além da suspensão de permissões de pesca, foram emitidas advertências aos armadores responsáveis por embarcações monitoradas em virtude de atrasos de envio de sinal não justificados, bem como por detecção de operação de pesca em área proibida. Também houve vistorias nos locais de permanência da embarcação declarados pelo armador de pesca, para esclarecer possíveis situações de declaração falsa de desativação de embarcações junto ao PREPS. Cerca de 10 comunicados diários são enviados à Coordenação do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel sobre a regularização das embarcações junto ao PREPS. Esta informação resulta na liberação ou suspensão do direito da subvenção, já que só podem ter acesso à subvenção apenas as embarcações em situação regular no PREPS.

Também foram realizados cursos oferecidos aos fiscais do Ibama e das Polícias Militares de Rio Grande-RS, Fernando de Noronha-PE, Natal-RN, São Luís-MA e Rio de Janeiro-RJ. Em 2009, como resultado final do PREPS, foram constatadas 1.242 adesões ao Programa. Também foram continuadas as ações de controle e ordenamento da atividade pesqueira, colocando em prática os acordos de cooperação com outros de pela fiscalização. Relatórios com informações sobre operações irregulares de embarcações pesqueiras foram encaminhados ao Ibama, a fim de subsidiar o planejamento das ações de fiscalização e apoiar a análise das infrações observadas. Os resultados das ações de controle da pesca foram divulgados por meio de publicações e palestras.

Também foram iniciados entendimentos com o Instituto Nacional e Pesquisas Espaciais – INPE, Polícias Militares de São Paulo e Paraná e Ibama para celebração de Acordos de Cooperação para subsidiar atividades de controle, fiscalização e monitoramento da pesca. Também em 2009, o MPA adquiriu cinco lanchas rápidas para patrulha e fiscalização da pesca e concedeu o uso destes equipamentos a parceiros nos estados de Santa Catarina, Pará, Ceará e Rio Grande do Sul, elevando, assim, a capacidade local de combater à pesca ilegal no Brasil.

Por fim, como consequência do Regulamento nº 1005, publicado pela Comunidade Européia, o MPA instituiu o Regime Nacional de Certificação de Capturas do Brasil, a fim orientar os exportadores de produtos da pesca marinha à Comunidade Européia. Em continuidade à implantação de medidas que têm como objetivo prevenir, deter e eliminar a pesca

ilegal, não reportada e não regulamentada no mundo, este regime é considerado como uma medida de controle de mercado na busca pela sustentabilidade da atividade, de acordo com orientações da FAO.

Ainda em relação ao monitoramento e controle da pesca e aquicultura, são de responsabilidade do MPA a organização, a operacionalização e a manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP. Da mesma forma, a concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca na modalidade comercial (industrial e artesanal), de espécies ornamentais, de subsistência e amadora ou desportiva, no território nacional compreendendo as águas continentais e interiores e o mar territorial da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva, áreas adjacentes e águas internacionais. Assim, a operacionalização do RGP, como uma ação integrante do Programa Gestão da Política Pesqueira, compreende, rotineiramente, diversas fases operacionais, que vão desde a elaboração de normas até a efetivação, o controle, a renovação e o monitoramento dos registros das pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor pesqueiro, bem como o permissionamento de embarcações pesqueiras para o exercício de suas faias de pesca, ao longo de nosso litoral e das bacias hidrográficas brasileiras.

O RGP compreendia, nos termos da IN SEAP/PR nº 3/2004, sete categorias de registro: pescador profissional, aprendiz de pesca, armador de pesca, embarcação pesqueira, indústria pesqueira, aquicultor, e empresa que comercializa organismos aquáticos vivos. Com a Lei da Pesca (Lei nº 11.959/09), o MPA adquiriu uma série de competências que refletirão na existência de outras categorias de registro. Assim, serão criadas categorias referentes ao exercício da pesca amadora, aos concessionários de terrenos e infraestruturas públicas, aos trabalhadores vinculados à atividade pesqueira artesanal, mesmo que não exerçam diretamente a atividade de captura.

Na estrutura da referida norma, a emissão de licenças, permissões, autorizações e o consequente registro para o exercício da aquicultura e da pesca comercial, no Brasil, é realizada, na maioria dos casos, pelas Superintendências Federais de Pesca e Aquicultura (SFPA), onde também é feito o seu controle no âmbito estadual. Em âmbito nacional, cabe o controle dos referidos atos administrativos, o que vem sendo realizado por meio de relatórios e consultas formuladas às SFPA, bem como com o auxílio parcial de sistemas informatizados específicos, os quais estão em fase de reformulação, visando a um sistema unificado e, em tempo real, que congregue todas as categorias de registro acima mencionadas. O número de registros efetivados diz

respeito, portanto, ao número de pessoas físicas ou jurídicas, incluindo as embarcações, até então inscritas no RGP, bem como aquelas que, anualmente, renovam seus registros, cujo cálculo é efetivado a partir da contabilização do número de registros (novos e renovados) gerados em cada Superintendência do MPA, com a totalização em nível nacional.

No decorrer de 2009, além dos quantitativos acima referenciados, merecem destaque as operações especiais ou específicas que contribuíram para o alcance das metas preestabelecidas, como o ordenamento da pesca e da aquicultura, em especial na elaboração atos normativos de ordenamento do uso de recursos pesqueiros, portarias de permissionamento de embarcações, e de cancelamento de autorizações de pesca. A participação em Comitês e Grupos Técnicos e Comissões também foi outra dessa natureza que envolveu a operacionalização do Sistema de Gestão Compartilhada; do Grupo Técnico de Trabalho Interministerial do Pescador Profissional; da Comissão Técnica para apuração de irregularidades no registro de pescadores profissionais em Mato Grosso e do Grupo Técnico de Trabalho Interinstitucional para avaliação do esforço de pesca sobre o estoque de sardinha-verdadeira.

Outra questão diz respeito ao permissionamento e registro de embarcações pesqueiras, para o qual foi feito o recadastramento de frotas pesqueiras, conforme discriminado: recadastramento da frota de cerco para sardinha, no litoral SE/Sul, e continuidade dos trabalhos referentes ao recadastramento das frotas de lagostas (litoral norte e nordeste), camarão-rosa (litoral norte e SE/Sul) e camarão-sete-barbas (litoral SE/Sul). Quanto ao repermissionamento de frotas, foram continuados os processos para concessão de autorizações de pesca para a frota que opera na captura de polvo no litoral SE/Sul; autorização provisória de defeso para captura de tainha pela frota que opera no cerco de sardinha-verdadeira; concessão de autorização de pesca para captura de caranguejo-vermelho e caranguejo-real; concessão de autorizações de pesca para operação na captura de peixe-sapo no litoral SE/Sul; e permissões provisórias de defeso para o camarão-rosa (litoral SE/Sul) e piramutaba (litoral norte). Outras atividades realizadas dizem respeito ao permissionamento de embarcações a serem financiadas pelo Programa Profrota Pesqueira; à aplicação de sanções administrativas no âmbito do RGP a embarcações engajadas em diversas pescarias; à autorização para importação de embarcações pesqueiras.

Para o Registro de Pescador Profissional foram realizados exames de processos (recursos), com atendimento às demandas de todas as SFPA, bem

como impressão e expedição de carteiras de pescador profissional, cancelamento de registros e apuração de denúncias. Ainda foram firmados Acordos de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social e a renovação do acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego.

Visando a imprimir maior agilidade e um melhor controle dos procedimentos de registro de embarcações de pesca, continuaram-se os trabalhos para estudar e propor um novo modelo de permissionamento de embarcações pesqueiras, cuja proposta está em fase final de revisão, depois da consulta pública, para aplicação em 2010. Para a aplicação deste novo modelo de documento, o convênio já celebrado em 2008 com a UNIVALI, para o desenvolvimento do sistema informatizado de permissionamento de embarcações pesqueiras, foi finalizado oficialmente em dezembro de 2009, faltando apenas a importação dos dados de registro das categorias de embarcação pesqueira, armador de pesca e indústria pesqueira.

Inclusão e Desenvolvimento Social

As ações deste eixo contribuem para o desenvolvimento dos Programas de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura.

Para pesca profissional artesanal, as ações do MPA têm sido orientadas priorizando a atuação nas diretrizes: estruturação da cadeia produtiva, inclusão social e organização do setor pesqueiro artesanal. Frente à complexidade dos problemas enfrentados por este setor, os projetos elaborados atuam sobre problemas sociais, ambientais e econômicos, buscando promover o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras.

No eixo do desenvolvimento social, são realizados projetos de alfabetização e capacitação profissional de pescadores, de inclusão digital nos Telecentros da Pesca Maré, e de distribuição de alimentos às famílias em risco nutricional.

Os altos índices de analfabetismo entre a categoria dos pescadores resulta da ausência histórica e real de formulação e construção de uma política pública específica que atenda ao segmento, respeitando sua cultura, diversidade e modo de vida, o que acabou por excluir o pescador dos sistemas de ensino. Para esses trabalhadores, não é o horário convencional que dita o tempo de trabalhar, tempo de descansar ou tempo de estudar. Sua jornada de trabalho é incompatível com o funcionamento da escola convencional.

Diante dessa realidade, foi lançado, em 2003, o projeto de alfabetização de pescadores e pescadoras,

Pescando Letras - Brasil Alfabetizado, desenvolvido em parceria com o Ministério da Educação, sendo que já foram alfabetizados mais de 120.000 pescadores. Em 2009, foram formadas cerca de 2.000 turmas, resultando no ingresso de aproximadamente 20.000 alunos, com destaque para o trabalho nos estados da Bahia, Pará, Ceará, Sergipe e Alagoas.

Visando aprimorar e avançar na implantação do Pescando Letras, o MPA está desenvolvendo cinco projetos pilotos de alfabetização integrada, educação cidadã e à qualificação profissional, um por região do Brasil, considerando as diferenças, modo de vida dos pescadores e período de defeso de cada região. O método que está sendo utilizado é aquele empregado em Cuba – **Sim, eu posso** –, que possibilita alfabetizar um jovem ou adulto em três ou quatro meses, sendo adaptável aos períodos de defeso, que dura em média quatro meses. O projeto tem como meta alfabetizar 4.100 pescadores e pescadoras profissionais artesanais nas regiões do país, e ainda: 1.000 pescadores em Santa Catarina – Laguna, Imaruí e Imbituba; 900 pescadores no Rio de Janeiro – São Gonçalo, Maricá e Niterói; 200 pescadores em Mato Grosso – São Félix do Araguaia, Luciara, Porto Alegre do Norte e Santa Terezinha; 1.000 pescadores na Bahia – Morpará, Barra, Pilão Arcado e Remanso; e 1.000 pescadores no Pará – Curralinho, Breves, Portel e Melgaço.

O desafio de implantar um projeto que atenda e respeite as diferenças e peculiaridades dos pescadores artesanais é muito grande. É preciso considerar o período de defeso de cada localidade (em alguns municípios existe mais de um defeso), o que demanda um calendário múltiplo. É preciso formar as turmas de pescadores que realizam a mesma atividade de pesca. É preciso considerar cada cultura, a do pescador de rios e lagoas, do pescador do mar, do pescador da ilha de Marajó, no Pará, do pescador da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, do pescador do rio São Francisco, do rio Araguaia, no Mato Grosso. Foram investidos pelo MPA R\$ 2.347.764,80 para implantação do projeto e mais R\$ 80.000,00 pela ACASA – Associação Comunitária de Ação Social, entidade conveniada, que desenvolveu um sistema para gerenciamento e acompanhamento das atividades do projeto – o SISLETRAS, em software livre.

Em 2006, a então SEAP/PR assinou Acordo de Cooperação com o Ministério da Educação para a implantação de uma política de formação humana na pesca marítima, continental, e aquicultura familiar. Uma nova versão do referido acordo foi firmada em 2009. Como resultados desta política existem atualmente 20 núcleos de pesquisa, 23 cursos técnicos em pesca ou aquicultura implantados, e 32 em implantação até o final de 2010. Também como

resultado desta política, foi firmada parceria entre o Instituto Federal do Paraná, objetivando oferecer, por meio da educação a distância, cursos técnicos de nível médio integrados à pesca e à aquicultura. Serão oferecidos a 2.000 pescadores e aquicultores familiares, em 50 Polos de Apoio Presencial (nos Telecentros da Pesca Maré), em âmbito nacional.

No projeto de Inclusão Digital Telecentros da Pesca Maré, o MPA está realizando significativos investimentos. São 120 Telecentros em instalação e revitalização. O MPA investiu, em 2008, mais de dois milhões reais, na aquisição de kit multimídia composto por 10 novos computadores, projetor de imagem e tela de projeção, impressoras e máquinas fotográficas. Estes equipamentos foram entregues aos Telecentros em 2009, quando também foram enviados equipamentos novos para revitalizar 28 Telecentros antigos e instalar 10 Telecentros. Junto com os equipamentos, o MPA enviou acervos de livros do projeto Arca das Letras, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), buscando ampliar as funções do Telecentro, tornando-os pontos de cultura para as comunidades pesqueiras.

Também em 2009, buscando qualificar ainda mais o acervo, o MPA descentralizou R\$ 198.000,00 para aquisição de 120 kits minibibliotecas da Embrapa, que serão enviados aos Telecentros, servindo também de suporte para os cursos de ensino a distância. Igualmente e objetivando avançar na qualificação dos Telecentros, o MPA realizou pregão para aquisição de equipamentos complementares (webcam, caixas de som, entre outros), no valor de R\$ 181.140,00. Com a conclusão da instalação dos Telecentros da Pesca Maré, cerca de 130.000 pescadores terão possibilidade de inclusão digital.

Além destes projetos, o MPA também apoia demandas espontâneas e de emendas parlamentares referentes aos projetos de capacitação. Em 2009, foram investidos R\$ 3.315.015,69 em 11 projetos, beneficiando diretamente 15.490 pescadores artesanais em nove estados.

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, na Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, foram distribuídas 10.314 cestas de alimentos para marisqueiras e catadoras de caranguejo, sendo que representantes destas comunidades participaram também de oficinas regionais de avaliação e qualificação da ação. Em resposta à situação emergencial para atendimento de famílias de pescadores atingidos por enchentes, foram distribuídas mais 2.048 cestas de alimentos no estado do Rio Grande do Sul.

No eixo do desenvolvimento econômico, são desenvolvidos projetos de estruturação da cadeia

produtiva que permitem aos pescadores agregar valor à produção e dispor de insumos mais baratos e acessíveis, melhorando a qualidade do pescado e a economicidade da atividade. São efetivados mediante a implantação de Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), de unidades de beneficiamento de pescado, de fábricas de gelo e de pequenos empreendimentos, como pontos de venda de pescado e cozinhas comunitárias.

Estão em implantação 13 CIPARs que prevêem investimentos em estruturas de recepção, beneficiamento e comercialização de pescado, bem como em unidades de apoio ao processo de educação e capacitação das comunidades. Em 2008, investiram-se recursos da ordem de 10 milhões de reais em aquisição de equipamentos para os CIPARs e convênios para realização de obras. Em 2009, o MPA lançou edital para selecionar as entidades aptas a receber os equipamentos. Destaca-se, em 2009, a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Santarém, para implantação do CIPAR, no valor de R\$ 2.375.000,00, bem como a assinatura de outros quatro convênios, no valor total de R\$ 1.431.417,37, para incubação dos CIPARs de Pirapora-MG, Xique-Xique-BA, Parintins-AM e Beberibe-CE. Os projetos de incubação apoiarão as entidades de pescadores artesanais na autogestão destes centros. Considerado o número de pescadores registrados nos municípios da área de abrangência dos 13 CIPARs, ao final de seu processo de implantação serão beneficiados 42.635 pescadores profissionais artesanais.

Dando prosseguimento ao Programa de Apoio à Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal, que irá implantar 120 fábricas de gelo em todo o território nacional, até o ano de 2010, no ano de 2009 foram entregues 32 unidades. Além disto, o MPA realizou novo edital público de cadastramento de entidades, sendo que foi formado um cadastro de 88 entidades habilitadas e classificadas para o recebimento de novos equipamentos. No final de 2009, procedeu-se ao registro de preço para aquisição dos equipamentos visando a atender à demanda cadastrada, o que permitirá ultrapassar a meta do Programa. Ainda no contexto deste Programa, além das fábricas de gelo, o MPA lançou edital público para seleção de entidades para o recebimento de 10 câmaras frigoríficas no estado do Espírito Santo.

No final de 2008, a então SEAP/PR publicou edital para cadastramento de entidades interessadas em implantar pequenos empreendimentos da pesca artesanal. Foram selecionados 64 projetos de cozinhas comunitárias, pontos fixos de comercialização, acampamento de pescadores e equipamentos para manipulação de mariscos, com orçamento total do edital em R\$ 2.800.000,00. No ano de 2009, em parceria com a CONAB e PNUD,

foram realizados os termos de referência, os processos licitatórios, o recebimento dos materiais e equipamentos e a entrega dos materiais e equipamentos está prevista para o primeiro semestre de 2010. Além destes projetos, o MPA também apoia demandas espontâneas e de emendas parlamentares de projetos de infraestrutura para qualificação da cadeia produtiva. Em 2009, investiram-se R\$ 1.265.987,98 em oito projetos, beneficiando diretamente 3.481 pescadores artesanais em cinco estados.

Estas ações têm objetivado sempre a melhoria das condições de vida e a geração de renda aos pescadores profissionais artesanais sem, contudo, implicar aumento do esforço de pesca e degradação dos recursos pesqueiros. As políticas públicas para pesca artesanal do MPA objetivam também o aumento da produção pesqueira; entretanto, não pela via do aumento do esforço de pesca, mas sim pela estruturação da cadeia produtiva e qualificação do setor. Tais ações vêm possibilitando também melhor processar e conservar o pescado, evitando os elevados índices de desperdício de pescado observados nesta cadeia produtiva, frutos da informalidade e da falta de estruturação.

Alternativas Para a Pesca Industrial

Com o objetivo de fomentar o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, em especial a pesca industrial o MPA tem apoiado projetos de caráter demonstrativo, visando desenvolver e inovar as tecnologias atualmente empregadas, reduzindo os custos operacionais e redirecionando parte do esforço de pesca para novas pescarias.

Neste sentido, o Projeto Anchoita tem destaque por apostar em uma nova fase da pesca empresarial no país, mediante o aproveitamento de um recurso que não vem sendo explotado no Brasil. Com o potencial de produção sustentável em torno de 100 mil toneladas/ano, a pesca da anchoita poderá ser referência para o setor pesqueiro nacional. O projeto financiado pelo Governo Federal prevê o dimensionamento ideal para as capturas, o melhor aproveitamento da matéria-prima, a inclusão do pescado no mercado institucional (escolas, creches, hospitais, forças armadas) e o envolvimento de pequenos e médios armadores em um novo segmento, considerado bastante promissor. Para os anos de 2009 e 2010, já foram repassados cerca de R\$ 3.600.000,00 para a execução do Projeto Anchoita, que prevê a contínua avaliação dos estoques disponíveis, a instalação de uma unidade experimental de processamento do pescado e a criação de uma frota de referência, com o papel fundamental de adequar e transferir a tecnologia necessária para esta nova atividade.

No segmento da pesca oceânica, o MPA tem evidenciado esforços para garantir o acesso à pesca dos recursos altamente migratórios, em especial os atuns e afins do Oceano Atlântico Sul. Em 2009, o Brasil sediou a reunião ordinária da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), que contou com a participação de 44 países, 14 ONGs e cinco organizações intergovernamentais. Destaca-se que nesse cenário o Brasil tem assumido um papel importante na defesa dos interesses de países em desenvolvimento que têm competido por cotas anuais de capturas com as grandes nações pesqueiras.

Para estimular as capturas de atuns e afins, foram apoiados projetos de instalação de dispositivos de agregação de peixes do tipo boias atratoras. Em 2009 foram adquiridos 20 dispositivos, ao custo de R\$ 400.000,00, para instalação nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, com o objetivo de avaliar a interação dos atuns e afins com as boias. O princípio da agregação dos peixes com os dispositivos flutuantes permite minimizar os custos operacionais, uma vez que o pescador se dirige às áreas mais prováveis de ocorrência dos atuns.

Para a pesca do bonito-listrado, o MPA tem apoiado o desenvolvimento de novas tecnologias que permitem aperfeiçoar o uso de isca viva, que corresponde ao principal insumo da pesca. Em 2009, a CAPES/MEC aprovou o projeto para o desenvolvimento de tecnologia para produção de isca viva apresentado pela UFSC, envolvendo o montante de R\$ 1.400.000,00, assegurando a formação de recursos humanos e o desenvolvimento tecnológico para o setor pesqueiro nacional.

Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura

A atividade da aquicultura é a principal responsável pelo aumento da produção de pescados no Brasil. Com um crescimento que atinge hoje cerca de 30% da produção nacional de pescados, a atividade tem uma tendência a crescer ainda mais no país e garantir a regularidade de oferta para reduzir o preço final do pescado e aumentar o consumo.

Dando continuidade à política de fomento do MPA para o desenvolvimento da aquicultura de forma sustentável, celebraram-se, no ano de 2009, convênios que possibilitam a construção de parcerias para a gestão de projetos. Dentre os convênios firmados destaca-se o projeto de maricultura em Lagamar - SP e na baía de Guaratuba - PR, que objetivam a avaliação de diferentes sistemas de cultivo de ostras.

O desenvolvimento econômico da piscicultura na região de implantação das unidades demonstrativas pode ser ressaltado como ponto importante destas

ações. O cultivo de peixes em tanques-rede em diversas regiões do Brasil está sendo realizado pelo MPA na forma de unidades demonstrativas, em parceria com várias instituições. Foram firmados nove convênios que abrangem os estados de São Paulo, Santa Catarina, Ceará, Bahia, Sergipe e Amapá. Dentre as espécies a serem cultivadas nestes projetos estão o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), a piava (*Leporinus friderici*), o suruvi ou bocudo (*Steindachneridion scriptum*) e a tilápia (*Oreochromus niloticus*).

Nessa área da piscicultura, o MPA pretende beneficiar 1.951 pessoas diretamente, atingindo agricultores, comunidade rural, pescadores profissionais, artesanais e piscicultores, além de outros beneficiários indiretos. Nesses projetos, o MPA está repassando um montante de R\$ 3.585.217,99 às entidades proponentes, sendo R\$ 1.708.738,59 em 2009 e o restante desse valor - R\$ 1.876.479,40 - em 2010.

A estruturação de unidades produtoras de formas jovens representa hoje um ponto importante para garantir o crescimento da cadeia produtiva de pescado. Os projetos visam ampliar a capacidade produtiva de unidades já instaladas, por meio da implantação e adequação de infraestrutura e de equipamentos laboratoriais. Em parceria com o estado do Rio Grande do Norte será construída a estação de piscicultura na Barragem de Apodi. É grande a importância do desenvolvimento deste projeto numa região apontada pela ONU como uma das áreas de mais baixo índice de qualidade de vida no mundo. Também com o estado do RN, o MPA apoiou o projeto de cultivo de macroalgas como uma alternativa para o desenvolvimento das comunidades litorâneas.

O projeto Subsídios para o Cultivo da Alga *Kappaphycus alvarezii*, na Paraíba, fruto do convênio firmado com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), visa avaliar o risco ambiental e monitorar a introdução desta espécie exótica. Com a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura do Pará, o MPA firmou dois convênios para estruturar a cadeia produtiva de pescado. Um para construção de estação de aquicultura, a fim de produzir alevinos, e outro para investimentos na infraestrutura da estação de aquicultura Orion Nina Ribeiro. Em SC, os investimentos objetivam suprir as demandas de sementes de larvas do mexilhão *Perna perna*.

Com os projetos de maricultura, serão beneficiários 4.625 pessoas diretamente, entre aquicultores, pescadores artesanais, pesquisadores, além das comunidades locais dos estados onde serão realizados os convênios. Para realização desses projetos, está sendo repassado a estas instituições proponentes um montante de R\$ 5.474.839,00,

sendo R\$ 1.342.029,74 em 2009 e o restante deste valor (R\$ 4.132.819,26) em 2010.

Para apoiar a gestão e o funcionamento de unidades integrantes da cadeia produtiva da aquicultura, os recursos foram focados principalmente no apoio à gestão das estruturas implantadas com recursos públicos. Dentre as ações desenvolvidas para este fim, destaca-se o projeto de difusão de tecnologia para o aproveitamento de carapaças de crustáceos, fruto da parceria do MPA com o Parque de Desenvolvimento Tecnológico (PADETEC) no município de Itarema-CE, aproveitando os resíduos de camarão. Outro projeto provém de parceria com o município de Angra dos Reis para ampliação do cultivo de vieiras na região. Com o intuito de contribuir para a geração de trabalho e renda nas comunidades tradicionais de pesca e mariscagem nas regiões do Baixo Sul da Bahia e na baía de Todos os Santos, a UFBA está desenvolvendo o projeto Semeie Ostras, com o objetivo de ampliar a dinâmica produtiva solidária e as tecnologias empregadas nas unidades produtivas de ostreicultura.

Com o propósito de elaboração de Normas Técnicas para certificação do camarão cultivado, o MPA, em parceria com o Centro Tecnológico do Nordeste (CETENE), desenvolveu um programa de adequação de produção, por meio do projeto Produção Integrada de Camarão Cultivado - tem por finalidade maximizar a qualidade do produto, garantindo a segurança alimentar, bem como a sustentabilidade ambiental, social e econômica da carcinicultura. A implantação e construção de frigoríficos para filetagem de peixes é uma ação que dá suporte à aquicultura regional. Com o objetivo de atender à demanda dos aquicultores de Alvorada do Sul-PR, foi firmado um convênio com a prefeitura desse município para construção de uma unidade de beneficiamento local.

A aquicultura familiar se coloca também como uma alternativa e uma oportunidade de emancipação e promoção da autonomia de milhares de trabalhadores, gerando emprego, aumentando a renda e promovendo a qualidade de vida. A ampliação e reforma da estação de aquicultura marinha Fernando Flambot da Cruz, em Curuçá-PA, tem por objetivo a realização de pesquisas sobre as espécies com potencial para cultivo, como o robalo (*Centropomus parallelus*), pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) e tainha (*Mugil platanus*) e com os crustáceos camarão-branco (*Litopenaeus schimitti*) e camarão-rosa (*Penaeus subtilis*).

Para desenvolvimento dos programas de Estruturação da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar foram firmados 12 convênios atendendo aos estados do RS, SC, PR, MS, MG, RO, PA e AC. Envolvem projetos para implantação de tanques-rede, construção de

unidades de processamento e filetagem do pescado, aquisição de uma escavadeira hidráulica e caminhão para a construção de tanques de piscicultura, adequação de entrepostos e demais unidades de beneficiamento, entre outras similares. Para capacitação e demonstração de práticas das atividades da aquicultura, prevê-se a ampliação e reforma do Centro de Capacitação de Aquicultura e Pesca do Nordeste Paranaense, em Curuçá. O objetivo é incrementar a assistência técnica, com a capacitação dos comunitários para a adoção de empreendimentos produtivos adaptados ao desenvolvimento local e, simultaneamente, de novas opções profissionalizantes.

Nesta ação, o MPA pretende beneficiar 5.016 pessoas diretamente, abrangendo produtores familiares e piscicultores, além de outros beneficiários indiretos. Para realização desses projetos, está sendo repassado a estas instituições proponentes um montante de R\$ 8.597.497,53, sendo que, desse total, R\$ 4.934.868,58 foi pago em 2009 e o restante desse valor - R\$ 3.662.628,95 - será pago em 2010.

Com o crescimento e intensificação da aquicultura, surge a necessidade de se adotar medidas sanitárias que atendam à produção de organismos aquáticos cultivados, de forma a controlar a transmissão e disseminação de enfermidades. As ações de Controle da Qualidade na Garantia de Conformidade, Segurança e Inocuidade de Produtos da Aquicultura da produção de moluscos bivalves (ostras, vieiras, mexilhões e sururus) têm como finalidade proporcionar maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros ao mercado interno e externo. Em 2009 foi formalizado um convênio entre o MPA e a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa e do Agronegócio (FUNDEPAG) para realização do Programa Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos Bivalves no estado de São Paulo (PECMB-SP). A existência de um programa desta natureza é condição obrigatória para o comércio internacional. Ainda na área de sanidade dos produtos da aquicultura, um projeto envolve ações do agente comunitário de saúde de animais aquáticos cultiváveis no estado do Rio Grande do Norte. Com a execução desse convênio, a intenção do MPA é beneficiar 830 pessoas diretamente. Para realização desses projetos, repassou-se a essas instituições proponentes um montante de R\$ 563.499,57, em 2009.

A adoção de princípios internacionais e de códigos de conduta responsável, por meio da disseminação de Boas Práticas de Manejo (BPM) e certificação, promove o desenvolvimento sustentável da aquicultura, com a consequente mitigação de impactos ambientais e de conflitos. O propósito é desenvolver um sistema de certificação, edição e

publicação de materiais, promoção de eventos para a disseminação de informações e de práticas sustentáveis de aquicultura.

O Projeto Gente da Maré é uma cooperação entre o MPA e a *Canadian International Development Agency* (CIDA), representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O objetivo maior é reduzir a pobreza nas comunidades costeiras, assegurando a utilização sustentável dos recursos marinhos, pela introdução e disseminação de técnicas simples e economicamente viáveis de maricultura, com envolvimento das comunidades na co-gestão de recursos pesqueiros em quatro estados do Nordeste (PE, PB, BA e RN). Em 2009, foram realizadas oficinas de metodologias participativas e mapeamento biorregional, envolvendo aproximadamente 100 pescadores artesanais e marisqueiras.

O Projeto Desenvolvimento das Comunidades Costeiras, cooperação técnica entre a ONU, a FAO e o MPA, concebeu uma intervenção para o Nordeste do Brasil, com princípios semelhantes ao Gente de Maré para o CE, RN e PB. Atualmente, o cultivo de algas nas três comunidades comercializa o produto seco e triturado para empresas locais. No ano de 2009 foram trabalhados os planos de negócios dos cultivos e a consolidação legal dos grupos.

Em parceria com a FAO, a Secretaria de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura realizou em Brasília, nos dias 5 e 6 de junho de 2009, o I Workshop de Aquicultura Sustentável. Esse seminário teve por finalidade definir e padronizar uma metodologia de avaliação da sustentabilidade dos sistemas de produção da aquicultura no Brasil, assim como estabelecer metas, indicadores e avaliação.

A regulamentação do uso das águas públicas para criação de peixes e outros organismos aquáticos é um instrumento de inclusão social e possibilita que milhares de moradores de comunidades tradicionais (ribeirinhos, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares) tenham acesso, de forma gratuita, a uma porção de água para produção por um período de até 20 anos. No caso de projetos de maior porte, as áreas são concedidas por meio de cessão onerosa. Dentro desse programa de governo, o Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura em Águas da União desenvolveu no ano de 2009 ações direcionadas à regularização de parques aquícolas continentais e marinhos, além de estudos para a liberação do cultivo de espécies de interesse para a aquicultura.

Ao final dos estudos de viabilização de reservatórios continentais para a implantação de parques aquícolas, como Itaipu, Castanhão, Tucuruí, Três Marias, Furnas, Ilha Solteira e áreas do litoral brasileiro aptas à instalação dos parques aquícolas em 2008, foram ofertadas, em 2009, cerca de 4.000 áreas não onerosas, destinadas à inclusão social de populações tradicionais. Paralelamente, houve a oferta de outras 14 áreas aquícolas à iniciativa privada, por meio de licitações onerosas. Destas, foram entregues 1.277 áreas não onerosas e 12 onerosas. Com relação às cessões de águas públicas individuais, lançaram-se dois editais para a licitação de 65 áreas aquícolas, com potencial de produção de 15 mil toneladas ao ano.

Foram formalizados dois Acordos de Cooperação do MPA com Administradoras de Usinas Hidrelétricas, no intuito de se obter informações prioritárias para a demarcação de parques aquícolas e evitar gastos desnecessários de recursos públicos. Dentre os acordos firmados, podem-se citar os assinados com FURNAS (Manso e Serra da Mesa) e a CHESF (Sobradinho, Itaparica, Moxotó, Xingó, Boa Esperança e Pedra).

Com relação aos parques aquícolas marinhos, os principais avanços em 2009 foram: i) a contratação de serviços de elaboração do Projeto de Balizamento e Sinalização Náutica nos Parques Aquícolas do Estado de Santa Catarina, que atenderá em 10 municípios; ii) o estudo para implantação de Parques Aquícolas no Estado de São Paulo; iii) o produto final Estudos dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura – PLDM, com a indicação das áreas propícias para a demarcação dos Parques Aquícolas no Maranhão; iv) continuidade dos estudos do PLDM de Sergipe; v) estudos para implantação de parques aquícolas marinhos no Paraná; vi) continuidade dos estudos do PLDM do Pará; vii) continuidade dos estudos dos PLDMs do CE e RN.

Considerando os reservatórios continentais, foram repassados recursos para realização de estudos ambientais e socioeconômicos para a delimitação e implantação dos parques aquícolas de oito reservatórios no rio Paranapanema, no valor de R\$ 2.392.561,00, sendo que, em 2009, o repasse foi de R\$ 668.085,62. Serão realizados estudos que norteiem científicamente o processo decisório sobre permissão ou não de se cultivarem tilápias em tanques-rede no lago de Itaipu, assim como na bacia do Rio Uruguai. Com estes projetos, o MPA visa beneficiar 54.440 pessoas diretamente e 122.550 indiretamente. Dentre os beneficiados estão os maricultores, aquicultores e comunidades tradicionais.